



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO



LEI Nº 621 DE 31.07.67.

=====

Afonso João Lopes, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Tupã, Estado - de São Paulo, usando das atribuições - que lhe são conferidas por lei.....

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, DECRETOU E ELE PROMULGA E SANCIONA EM REDAÇÃO FINAL, A SEGUINTE LEI:

- Artigo 1º - Fica a partir desta data, obrigatório o "Combate à Saúva", em todo o território abrangido pelo Município de - Parapuã.
- Artigo 2º - Entende-se por "Combate à saúva" a aplicações de materiais, na forma recomendada pelos técnicos ou pelas repartições especializadas, que tenha por finalidade a extinção dos sauveiros.
- Artigo 3º - Fica criada uma Comissão de Fiscalização, constituída de 5 (cinco) membros, com a competência de:
- a) - Inspeccionar propriedades;
  - b) - Determinar o "Combate à saúva", no caso de verificar a infestação da praga;
  - c) - Fixar prazo por escrito, para conclusão dos trabalhos de tratamento dos sauveiros;
  - d) - Dar ciência à Prefeitura Municipal dos lavradores visitados e das ordens emanadas;
  - e) - Retornar à propriedade visitada para averiguação - dos trabalhos feitos, tomando as providências que, na - ocasião couberem.
- Artigo 4º - A Comissão será constituída de um funcionário da Prefeitura Municipal, um funcionário do Instituto Biológico e 3 (três) lavradores escolhidos pela Câmara Municipal, - dos quais um elemento funcionará em rodígio com outro.
- Artigo 5º - No caso do proprietário do imóvel, seja qual fôr o motivo, não dar andamento as recomendações emanadas pela Comissão, a Prefeitura Municipal mandará fazer o serviço de combate à saúva, ficando os proprietários obrigados ao pagamento de todo o montante verificado com as operações realizadas pela Comissão, acrescida este da multa-taxativa de 25% (vinte e cinco por cento), sobre o total.




# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

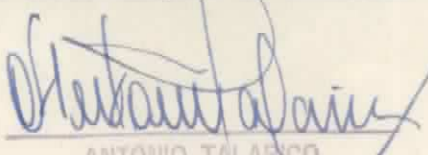
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 621 DE 31.07.67. (continuação)

- Artigo 6º - A supervisão dos trabalhos, quer na orientação técnica do combate à saúva, quer no planejamento de serviço elaborada pela Comissão, ficará a cargo do Engenheiro Agrônomo da Casa da Lavoura local.
- Artigo 7º - Mensalmente, ou quando julgar oportuno, o Engenheiro - Agrônomo Regional dará ciência a repartição sobre a - eficiência e andamento dos trabalhos promovidos pela - Comissão.
- Artigo 8º - A Prefeitura Municipal, fornecerá condução, quando possível, ou, combustíveis (gasolina e óleo) para as vitórias procedidas pela Comissão de Fiscalização.
- Artigo 9º - Fica o Sr. Prefeito Municipal de Parapuã, autorizado a abrir na Contadoria da Prefeitura Municipal de Parapuã, um crédito especial na importância de NCR\$ 3.000,00 - (Três mil cruzeiros novos), para pagamento das despesas que se verificará com a execução da presente lei.
- § Único - Para cobertura do crédito especial referido por este - artigo, fica o Sr. Prefeito Municipal, autorizado a utilizar como recursos, o excesso de arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias, que se verificará no presente exercício.
- Artigo 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Prefeitura Municipal de Parapuã, aos 31 (trinta e um) de julho de 1967. (mil novecentos e sessenta e sete).

  
AFONSO JOÃO LOPES  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA E REGISTRADA na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã, na data supra e afixada em lugar de costume.

  
ANTONIO TALANCO  
Secretário